



Desafios e Reflexões sobre a Docência na Educação Especial

Challenges and Reflections on Teaching in Special Education

Vinicius Gomes

Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, <https://orcid.org/0009-0000-8603-9130>, viniciusgomes230563@gmail.com

Resumo

O presente artigo trata-se de um relato de experiência, que tem como principal objetivo refletir sobre as práticas pedagógicas nas escolas especiais a partir das experiências e dos desafios encontrados na docência na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e com objetivo descritivo e reflexivo, utilizando o método bibliográfico, fundamentada nos principais autores: Diniz (2007), Mantoan (2015) e Orrú (2017). As discussões indicam os principais desafios como a formação docente e os modelos pedagógicos predominantes, portanto, é imprescindível (re)pensar as práticas pedagógicas, tanto nas escolas especiais quanto no ensino regular, assumindo o compromisso ético e político de garantir que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

Palavras-chaves: Educação Especial; Educação Inclusiva; Inclusão Escolar; Práticas Pedagógicas.

Abstract

This article is an experience report, whose main objective is to reflect on pedagogical practices in special schools based on the experiences and challenges encountered in teaching at the Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE). This is a qualitative, basic, descriptive and reflective, bibliographical study, based on the main authors: Diniz (2007), Mantoan (2015) and Orrú (2017). The discussions indicate the main challenges, such as teacher training and current pedagogical models. Therefore, it is essential to (re)think pedagogical practices, both in special schools and in mainstream education, assuming the ethical and political commitment to ensure that all students, with or without disabilities, have access to a quality and inclusive education.

Keywords: Special Education; Inclusive Education; School Inclusion; Pedagogical Practices.



1 Introdução

A Educação Especial no Brasil passou por significativas mudanças nos últimos anos, principalmente devido aos marcos legais e aos avanços na compreensão dos direitos das pessoas com deficiência. Esses marcos importantes incluem a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015) e as políticas públicas educacionais que conduzem a inclusão no ensino regular e o atendimento educacional especializado. Nesse contexto, as escolas especiais, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), desempenham um papel fundamental nos serviços de atendimento educacional especializado, mas também são desafiadas a superar concepções tradicionais no processo de ensino-aprendizagem, afim de desenvolver práticas que atendam às especificidades dos educandos.

Este relato de experiência apresenta algumas reflexões sobre a prática docente, desenvolvida a partir da atuação como docente na APAE, incluindo vivências cotidianas e as trocas de saberes, ao longo de minha trajetória. A partir dessas práticas, foi possível compreender tanto os desafios quanto os avanços no processo de ensino-aprendizagem de educandos com deficiência, destacando a importância de abordagens centrada no desenvolvimento integral dos alunos, bem como no acesso aos conhecimentos.

Ao problematizar essas experiências, busca-se contribuir e ampliar o debate sobre uma educação que priorize o desenvolvimento integral de todos os educandos, respeitando a sua diversidade e capacidades. As reflexões aqui tecidas sobre as práticas pedagógicas, reconhece as dificuldades enfrentadas pelos docentes que atuam na Educação Especial, mas propomos aqui possibilidades que auxiliem no processo educacional, visando uma educação mais inclusiva e transformadora.

Esta pesquisa busca responder à seguinte questão: Como as escolas especiais atendem às demandas educacionais dos estudantes e quais os desafios para promover práticas pedagógicas inclusivas? Para alcançar esse objetivo, pretendo-se discutir as práticas pedagógicas em escolas especiais, tendo como foco as percepções e reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem nesse contexto, promovendo uma análise crítica das experiências vivenciadas.



A estrutura do trabalho é organizada da seguinte forma: Introdução, Metodologia, Resultados e Discussões, e Considerações Finais.

2 Percurso Metodológico

Essa pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, que busca explorar as relações sociais e humanas, oferecendo uma visão abrangente do tema pesquisado. Segundo Godoy (1995, p. 21), a pesquisa qualitativa é:

“[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno”.

As experiências utilizadas nesse relato fazem parte da atuação como docente na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nos anos de 2022, 2023 e 2024, no estado de Santa Catarina na mesorregião Meio Oeste. Para tanto utilizou-se a observação do cotidiano escolar, conforme Vianna (2003, p.12), “A observação não se resume a simplesmente olhar. Deve-se, de fato, saber ver, identificar e descrever diversos tipos de interações e processos humanos”. Cabe ressaltar que a observação ocorreu no ambiente de uma escola especial, sem a interação direta com algum sujeito ou coleta de dados de forma que identifique indivíduos. Essa observação faz parte da minha escrevivências ¹enquanto docente.

De natureza básica, a pesquisa se caracteriza como descritiva e reflexiva, fundamentada em uma revisão bibliográfica que subsidiou a discussão proposta, consultando a materiais científicos previamente publicados por diversos autores em fontes disponíveis, incluindo livros, artigos científicos, jornais, revistas, teses e artigos encontrados em bases online (Prodanov; Freitas, 2013).

¹ Esse termo aparece pela primeira vez na obra de Ponciá Vicêncio (2003), posteriormente é aprofundado por Conceição Evaristo em outras obras que relatam as narrativas de mulheres negras. Esse termo retrata uma prática de escrita e reflexão, sobre as vivências, lutas, alegrias e as dores, sendo um ato de resistência e encontro com sua identidade.



Nesse processo, o papel do pesquisador é relacionar suas vivências aos materiais relacionados ao tema, analisar criticamente as informações apresentadas e evidenciar semelhanças e diferenças, promovendo uma reflexão aprofundada que contribui para a elaboração da discussão proposta.

3 Resultados e Discussão

Primeiramente, dialogarei sobre as múltiplas experiências e vivências enquanto docente em uma instituição de Educação Especial e, em seguida, os diversos desafios encontrados na prática pedagógica, principalmente pela presença de práticas que frequentemente reproduzem exclusões, vinculadas ao modelo biomédico de deficiência ou pela adoção de abordagens assistencialistas que não promovem o pleno acesso ao saber sistematizado e científico. Assim, defende-se que a educação especial deve ser pautada na perspectiva inclusiva e vinculada ao modelo pós-social da deficiência, como caminho para superar barreiras sociais, estruturais e pedagógicas que ainda limitam o potencial de muitos educandos, público-alvo da Educação Especial.

3.1 Docência na Educação Especial

Nesse sentido, o ato da docência não é algo simples, nem tampouco fácil de ser materializado. Nóvoa (2023, p. 41) destaca:

Nada substitui um bom professor. Nada. Nada mesmo. Nada o substitui para apresentar o mundo, todos os mundos, aos mais novos. Nada o substitui para dar aos alunos a possibilidade de chegarem mais longe, aonde nunca chegariam sem o seu trabalho, sem a sua dedicação.

É fundamental reconhecer o professor como mediador (Vygotsky, 2003) de conhecimentos e experiências, um papel que vai além da mera transmissão de conteúdo. Somos constituídos pelas inúmeras experiências educativas que vivenciamos em nosso percurso profissional, nas interações com colegas, professores e com as crianças, bem como pelos referenciais teóricos que fundamentam nossa prática pedagógica. “O humano não se educa sozinho. Precisa de mestres e colegas, só no encontro e no diálogo é possível



educar uma criança” (Nóvoa, 2023, p. 48). A educação, portanto, é um processo dialógico, onde o aprendizado se concretiza no contato humano, permeado pela troca de saberes e significados, “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam.” (Vygotsky, 2003, p. 115).

A docência é sempre um (re)encontro, cheio de descobertas e reinvenções. Normalmente, nós docentes começamos a trabalhar no campo da educação muito antes de concluir a graduação, o que torna necessário uma constante prática crítica e reflexiva. Também cabe ressaltar a necessidade de identidade docente, Pimenta (1999) destaca que a atuação docente implica mobilizar os conhecimentos teóricos da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, desenvolvendo a capacidade de pesquisar, isto é, investigar a própria prática, refletir sobre ela e transformar seus saberes-fazeres docentes, em um processo contínuo de construção de identidade.

Em vista disso, algumas pessoas que atuam diretamente com Educação Especial, estão em formação ou já concluíram, geralmente o curso de Licenciatura em Pedagogia. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), apresenta diretrizes para a formação e atuação dos professores, em seu artigo nº 61, onde explicita que a formação deve preparar para atuar com a Educação Especial, seja na formação inicial ou continuada.

No estado de Santa Catarina, a lei nº 17.143 dispõe sobre a presença de um Segundo Professor em turmas com educandos com deficiência, o qual deve ter formação em Licenciatura em Educação Especial. Contudo, quem geralmente atua nesta função tem sua formação em Licenciatura em Pedagogia, o que não é suficiente para exercer a função de forma especializada. Além disso, no âmbito municipal, percebe-se que na maioria das vezes, em processos seletivos ou concursos, não são ofertadas vagas para professores, mas para auxiliares de sala, o que não exige formação inicial e representa um retrocesso significativo.

Nesse sentido, entendo o professor como pesquisador; e à docência como um campo que produz conhecimentos e, ao produzi-los, os compartilhamentos com a humanidade. Por fim, reafirmamos a importância da educação enquanto “[...] uma prática social que busca realizar nos assuntos humanos as características de humanização plena” (Libâneo, 2001, p. 8). Não podemos reduzir a educação a uma perspectiva simplista e



reducionista, a práticas tradicionais e mecânicas que não são relevantes para a formação de nossos educandos. É necessário ter concepções claras e robustas para não cair em perspectivas que reduzam os educandos com deficiência, impedindo-os de acessar plenamente o direito à Educação.

3.2 Práticas Pedagógicas na Educação Especial

Considero que não existe uma única forma de vivenciar a deficiência. Os educandos que frequentam as escolas regulares e especiais são múltiplos e diversos, cada um com suas especificidades, não sendo possível homogeneizar a deficiência. Infelizmente, os contextos sociais ainda são opressores e capacitistas, negligenciando os corpos que não se enquadram no padrão. Como Diniz (2007, p. 9) aponta, "deficiência é um conceito complexo que permite um corpo com lesão, mas também denuncia a estrutura social que oprime uma pessoa com deficiência.". Assim, a Educação Especial configura-se como um campo de luta por reconhecimento, independentemente de impedimentos, sejam eles físicos, sensoriais, intelectuais ou psicossociais.

Num primeiro momento, é importante destacar que a educação das pessoas com deficiência é respaldada por diversas leis e documentos orientadores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2001) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015). Além disso, outras legislações e decretos também fortalecem a educação especial no Brasil.

É relevante salientar a importância de uma concepção pedagógica ancorada no modelo pós-social de deficiência que “propõe uma maneira de olhar para a deficiência que é multidisciplinar, integrada, contextualizada e social.” (Bisol et al, 2017, p. 95), pois, dependendo do modelo preconizado pelo docente, as experiências educativas são diretamente influenciadas. Um dos modelos ainda presentes em algumas instituições é o biomédico, que concebe "uma pessoa com deficiência de desenvolvimento como principalmente doente, necessitando de certos tratamentos, cuidados e permanência em condições especiais, muitas vezes de forma segregativa" (Odarish; Sofronov; Shichiyakh, 2021, p. 859). Este modelo é um "mecanismo que coisifica, etiqueta, classifica, enrijece,



padroniza, desigual, mutila, aniquila, fere e mata o Ser singular" (Orrú, 2017, p. 21).

Vale destacar, que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que atravessa todos os níveis da educação. Por muito tempo, acreditava-se que a Educação Especial deveria ser paralela ao ensino regular, como um reforço para aqueles que enfrentam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a partir da Declaração de Salamanca (1994), circula-se o princípio de que "as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, das que vivem nas ruas ou que trabalham, das superdotadas, em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais" (Brasil, 2015).

É importante frisar as diferenças e aproximações entre os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva. Existem profissionais que tomam os educandos como "especiais", segregando-os dos demais. Esses discursos mascaram o capacitismo, ao passo que há outros que defendem a inclusão plena desses educandos. A Educação Especial deveria adotar uma perspectiva inclusiva, garantindo que todos os educandos, com ou sem deficiência, tenham acesso à participação e aprendizagem em um mesmo espaço escolar. Mantoan (2015) ressalta a importância da inclusão escolar, que não abrange apenas as pessoas com deficiência, mas todos os alunos, para que tenham o direito à educação.

As escolas inclusivas atendem a todos os alunos sem discriminação, sem trabalhar à parte com alguns deles, sem estabelecer regras específicas para planejar, ensinar e avaliar alguns por meio de currículos adaptados, atividades diferenciadas, avaliação simplificada em seus objetivos... Pode-se, pois, imaginar o impacto da inclusão nos sistemas de ensino! (Mantoan, 2015, p. 28).

No entanto, Orrú (2017) destaca a existência de mecanismos de exclusão, principalmente no ensino regular, com práticas pedagógicas tradicionais e impositivas que tratam todos os educandos de maneira uniforme, perpetuando a exclusão e restringindo o acesso ao saber historicamente acumulado. Muitos educandos com deficiência não têm acesso aos conhecimentos não por sua condição, mas pela falta de acesso e mediação adequada. Nesse sentido é possível afirmar que:



Não é natural que algum indivíduo seja menos desenvolvido que outro por suas condições físicas ou mentais. Isso se deve à ausência de estímulos e instrumentos de mediação que permitam compensar essa condição diferenciada de desenvolvimento (Barroco; Leonardo, 2020, p. 322-323).

Isso fica evidente em algumas práticas nas escolas especiais, que ainda se ancoram em práticas desenvolvimentistas, comuns nos atendimentos educacionais especializados, com perspectivas assistencialistas e de educação compensatória. Essas práticas envolvem atividades como datas comemorativas, seriação, identificação de cores, habilidades manuais, motricidade, e alfabetização, que são importantes, mas não podem ser o único foco da educação. No ensino regular, observa-se atividades mecânicas, como desenhos impressos e massinha de modelar, sem contexto pedagógico. Nesse sentido Padilha (2017, p.16) afirma:

Mesmo estando ainda longe de uma realidade na qual todas as crianças e jovens com ou sem deficiência possam acessar e permanecer na escola, reflexões aqui apontadas podem contribuir para que esse movimento siga avançando e que se concretizem práticas pedagógicas que privilegiem o saber sistematizado, metódico e científico, desenvolvendo atividades que ultrapassem o que é próprio do cotidiano com vistas ao pensamento científico, filosófico e artístico. Os meios de produção precisam deixar de ser exclusividade da classe dominante e dos chamados normais, e precisam ser socializados.

É necessário repensar a formação dos profissionais que atuam na Educação Especial. Muitas vezes, eles não têm a formação adequada para atender às demandas dessa educação, sendo importante a flexibilização de políticas públicas mais rigorosas que visem à qualificação desses profissionais, para que atuem na efetivação a função social da Educação.

4 Considerações Finais

Essa pesquisa ressalta a complexidade e os desafios enfrentados nas escolas especiais, especialmente o que tange as práticas pedagógicas e a inclusão de educandos com deficiência. Apesar dos significativos avanços na legislação brasileira, ainda



persistem concepções reducionistas, necessitando reflexões profundas sobre as práticas pedagógicas no campo da Educação Especial.

As vivências aqui exploradas evidenciam que, ainda hoje o modelo educacional está vinculado a modelos tradicionais, excluindo todos aqueles que não se adaptam, sendo o maior obstáculo para o acesso ao conhecimento. O ensino, quando pautado em práticas assistencialistas ou adaptadas de forma descontextualizada, limita as oportunidades de desenvolvimento.

Além disso, é essencial compreender que a deficiência não pode ser tratada de forma generalizada. Cada educando traz consigo uma multiplicidade de vivências, desafios e potencialidades, sendo impossível que um modelo educacional homogêneo consiga suprir o acesso à educação. Nesse sentido, a perspectiva inclusiva, é potente no que diz respeito a compreensão de que todos os educandos têm o direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Por fim, as considerações aqui apontadas evidenciam a necessidade urgente de mudanças no campo da Educação Especial, levando em conta a formação inicial e continuada dos professores, bem como a compreensão de quais práticas pedagógicas devam ser utilizadas para de fato alcançar a inclusão. Só assim poderemos caminhar para uma educação que valorize a diversidade e apoie a construção de um conhecimento sistematizado, científico e acessível a todos. A Educação Especial, como campo de luta e reconhecimento, deve ser um espaço para enfrentar as barreiras, proporcionando aprendizagem e desenvolvimento para todos os educandos.

Referências

BARROCO, Sonia Mari Shima; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. A Periodização Histórico-Cultural do Desenvolvimento na Educação Especial. In: Martins, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2020. p. 171-192.

BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Naji; VALENTINI, Carla Beatris. **Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social**. 2017. Disponível em:



<http://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804>. Acesso em 29 de dez. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-17, jan./ jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva** Brasília, DF: Ministério da Educação/SEE, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca: princípios e ações para a educação de crianças com necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 dez. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em revista**, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602001000100012&script=sci_abstract. Acesso em: 30 dez. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015.



NÓVOA, António. Professores: Libertar o futuro. **Diálogos**, 2023.

ODARICH, Irina Nikolayevna; SOFRONOV, Rodion Pavlovich; SHICHIYAKH, Rustem Adamovich. Princípios da educação inclusiva e sua importância na sociedade moderna. **Revista on line le Política e Gestão Educacional**, v. 25, p. 853-862, 2021.

Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/15271/11148/50146>. Acesso em: 05 out. 2024.

ORRÚ, Silvia Ester. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Editora Vozes Limitada, 2017.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Desenvolvimento psíquico e elaboração conceitual por alunos com deficiência intelectual na educação escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, p. 9-20, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/zFvqqr37NkbMgZNGMvRJv4S/>. Acesso em: 05 out. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 30 dez. 2024.

SANTA CATARINA. (2017). **Lei n. 17.143, de 15 de maio de 2017**. Dispõe sobre a presença do segundo professor de turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. Florianópolis, ALESC, Recuperado de http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17143_2017_Lei. Acesso em: 30 dez. 2024.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo. 6. 2003.